

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

O Poder Judiciário em Constituições Europeias

1	EXPLICAÇÃO.....	3
2	INTRODUÇÃO	4
3	OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS	5
3.1	Albânia.....	5
3.2	Alemanha Ocidental	7
3.3	Alemanha Oriental	9
3.4	Andorra	11
3.5	Áustria	13
3.6	Bélgica.....	17
3.7	Bulgária	19
3.8	Chipre.....	21
3.9	Dinamarca.....	24
3.10	Espanha.....	26
3.11	Finlândia.....	30
3.12	França	31
3.13	Grã-Bretanha.....	33
3.14	Grécia.....	37
3.15	Holanda	41
3.16	Hungria.....	42
3.17	Irlanda.....	43
3.18	Islândia.....	46

3.19 Itália	47
3.20 Iugoslávia	50
3.21 Liechtenstein.....	54
3.22 Luxemburgo	56
3.23 Malta	57
3.24 Mônaco.....	59
3.25 Noruega	61
3.26 Polónia.....	63
3.27 Romênia.....	64
3.28 São Marino	66
3.29 Suécia	68
3.30 Suíça.....	70
3.31 Tchecoslováquia	73
3.32 Turquia.....	76
3.33 União Soviética.....	82
3.34 Vaticano	84
3.35 Portugal	86
4 APÊNDICE – O PODER JUDICIÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL	96
4.1 A Estrutura Judiciária	96
4.2 As normas gerais	97
4.2.1 Garantias e impedimentos.....	98
4.2.2 Competência privativa dos tribunais.....	99
4.2.3 Autonomia do Judiciário	99
4.3 Os Órgãos do Poder Judiciário.....	100
4.3.1 O Supremo Tribunal Federal (STF)	100
4.3.2 O Conselho Nacional de Justiça	102
4.3.3 O Superior Tribunal de Justiça.....	102
4.3.4 Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.....	103
4.3.5 Os Tribunais e Juízes do Trabalho.....	104
4.3.6 Os Tribunais e os Juízes Eleitorais.....	105
4.3.7 Os Tribunais e Juízes Militares	105
4.4 Os Tribunais e Juízes dos Estados.....	105
4.5 Conclusão	106

SEGUNDA PARTE

Outros Estudos de Direito Constitucional Comparado

1	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL: OS SISTEMAS DE ANTES E DEPOIS DAS REVISÕES CONSTITUCIONAIS DE 1982 E 2005	109
1	INTRODUÇÃO	109
2	OS TIPOS E OS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTI- TUCIONALIDADE.....	110
3	A FISCALIZAÇÃO NO TEXTO ORIGINAL DA CONSTI- TUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976.....	115
4	O CONSELHO DA REVOLUÇÃO	121
5	O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	124
6	O FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL NA FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE.....	129
6.1	Fiscalização preventiva.....	130
6.2	Fiscalização repressiva concreta	132
6.3	Fiscalização repressiva abstrata	136
6.4	Fiscalização da inconstitucionalidade por omissão.....	140
7	CONCLUSÃO	141
2	O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA	147
1	INTRODUÇÃO	147
2	HISTÓRICO.....	147
3	PREÂMBULO	148
4	FORMA DE GOVERNO	148
5	DIREITOS E DEVERES.....	149
6	A COROA.....	150
7	O LEGISLATIVO.....	151
8	O GOVERNO.....	152

9	O JUDICIÁRIO.....	153
10	ECONOMIA	154
11	O TERRITÓRIO	155
12	O CONTROLE E A REFORMA	155
13	OUTRAS DISPOSIÇÕES	156

3	AINDA SE REINA NA EUROPA.....	159
1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	159
2	AS MONARQUIAS EUROPEIAS ATUAIS.....	161

4	DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL	167
1	CONCEITO.....	167
2	SITUAÇÃO DA MATÉRIA NA CHAVE GERAL DO DIREITO.....	167
3	DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL OU DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL?	170
4	DIREITO COMPARADO.....	171
5	NORMAS DE PROCESSO CONTIDAS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1967	175

5	CONHEÇA ALGUNS LEGISLATIVOS DO MUNDO	177
1	PRELIMINARES	177
2	UNICAMERALISMO	178
3	BICAMERALISMO.....	180
4	NOS ESTADOS FEDERAIS.....	182
5	NO BRASIL	184

6	A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA: AFIRMAÇÃO DA NACIONALIDADE.....	187
----------	--	------------

7	PORTUGAL: A ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO ESTADO	191
1	O EXECUTIVO.....	192
2	O LEGISLATIVO.....	194
3	O JUDICIÁRIO.....	195

8	POR QUE AS DIRETAS NO BRASIL?	197
1	INTRODUÇÃO	197
2	QUE DIZEM AS CONSTITUIÇÕES EUROPEIAS SOBRE ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	198
3	CONCLUSÃO	206

9	SUIÇA: 700 ANOS – MODELO DE FEDERALISMO E DE DEMOCRACIA	211
1	INTRODUÇÃO	211
2	O FEDERALISMO	212
	2.1 Os cantões.....	213
	2.2 As autoridades federais	214
3	A DEMOCRACIA	217
4	A <i>LANDSGEMEINDE</i>	218
5	CONCLUSÃO	220

10	OS SISTEMAS DE GOVERNO DA ESPANHA E DE PORTUGAL	223
1	INTRODUÇÃO	223
2	FORMAS DE GOVERNO	224
3	AS ATUAIS FORMAS DE GOVERNO	224
4	OS ÓRGÃOS DO PODER.....	225
5	AS ESTRUTURAS DO EXECUTIVO	226
6	OS SISTEMAS DE GOVERNO	226
	6.1 O monismo monárquico	227
	6.2 O parlamentarismo.....	227
	6.3 O presidencialismo	228
	6.4 O semipresidencialismo.....	230
7	O SISTEMA DE GOVERNO DA ESPANHA	230
	7.1 Forma de Governo	231
	7.2 A Coroa	231
	7.3 <i>Las Cortes Generales</i>	233
	7.4 O Governo.....	234
	7.5 Conclusão.....	235

8	O SISTEMA DE GOVERNO DE PORTUGAL	235
8.1	O Presidente da República.....	236
8.2	Os poderes do Presidente	237
8.3	A Assembleia da República.....	239
8.4	O Governo.....	240
8.5	Semipresidencialismo	241
9	CONCLUSÃO	241

11 OS DIREITOS DE DEFESA NAS CONSTITUIÇÕES

	PORTUGUESAS DE 1826 E 1976.....	245
1	A CARTA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA DE 1826	245
2	A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1976	248
3	AS GARANTIAS DO PROCESSO CRIMINAL NA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA ATUAL.....	250
4	CONCLUSÃO	251

12 A REVISÃO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

	PORTUGUESA	253
1	CONSTITUIÇÃO RÍGIDA	253
2	O PROCESSO DA REVISÃO	254
3	LIMITAÇÃO TEMPORAL	254
4	INICIATIVA DA REVISÃO	256
5	APROVAÇÃO E PROMULGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES	256
6	NOVO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO	257
7	LIMITAÇÕES MATERIAIS	258
8	LIMITAÇÕES CIRCUNSTANCIAIS	260
9	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	260
10	CONCLUSÃO	261

13 A CIDADANIA NAS CONSTITUIÇÕES DE PORTUGAL E

	DA ESPANHA	263
1	INTRODUÇÃO	263
2	DUAS CONSTITUIÇÕES LEGÍTIMAS	264

3	INDIVÍDUO E CIDADÃO.....	264
4	A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	266
4.1	Direitos, liberdades e garantias de participação política na Constituição da República Portuguesa	266
4.2	Participação na vida pública	267
4.3	Direito de sufrágio	268
4.4	Direito de acesso a cargos públicos.....	269
4.5	Associações e partidos políticos	270
4.6	Direito de petição e direito de ação popular	271
4.7	O Provedor de Justiça	272
5	A CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA	272
5.1	Soberania nacional.....	273
5.2	Partidos políticos	274
5.3	Participação na vida política	274
5.4	Os cidadãos espanhóis.....	275
5.5	Uso da informática	275
5.6	Participação nos assuntos públicos.....	275
5.7	Direito de petição.....	276
5.8	Direito à seguridade social	276
5.9	Cidadãos da terceira idade.....	276
5.10	Recurso de amparo.....	277
5.11	Compromisso do Rei	277
5.12	O <i>referendum</i> e a iniciativa popular	278
5.13	Audiências populares	278
5.14	Ação popular	279
5.15	<i>El Defensor del Pueblo</i>	279
6	CONCLUSÃO	280

14	FORMAS E PROCEDIMENTOS DE REFORMA CONSTITUCIONAL NO DIREITO ESTRANGEIRO E NO DIREITO BRASILEIRO	281
-----------	--	------------

1	A IMPORTÂNCIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO	281
2	REVISÃO, EMENDA E REFORMA CONSTITUCIONAL.....	282

3	UMA “VIAGEM” CONSTITUCIONAL.....	284
4	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE.....	284
5	ARGENTINA.....	286
6	SUÍÇA.....	287
7	ITÁLIA.....	289
8	ALEMANHA.....	290
9	FRANÇA.....	291
10	PORTUGAL.....	292
11	ESPAÑA.....	295
12	BRASIL.....	297
13	CONCLUSÃO.....	300

15	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS NO DIREITO COMPARADO – SUPREMACIA CONSTITU- CIONAL.....	301
1	INTRODUÇÃO.....	301
2	OS TIPOS E OS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTI- TUCIONALIDADE.....	303
2.1	Tipos quanto ao momento.....	304
2.2	Sistemas quanto ao órgão controlador.....	305
3	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA FRANÇA.....	308
4	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL.....	310
4.1	Fiscalização preventiva.....	311
4.2	Fiscalização sucessiva concreta.....	311
4.3	Fiscalização sucessiva abstrata.....	312
4.4	Fiscalização da inconstitucionalidade por omissão.....	314
5	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	314
5.1	Controle de constitucionalidade no caso concreto.....	315
5.2	Controle de constitucionalidade em tese.....	317
5.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	319
6	CONCLUSÃO.....	319

16	IMPRESSÕES JUDICIAIS DO JAPÃO.....	321
1	O INSTITUTO JURÍDICO	321
2	A SUPREMA CORTE	323
3	O TRIBUNAL DE OSAKA	325
4	CONCLUSÃO	326

17	RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E BRASIL NO DIREITO CONSTITUCIONAL(UMA BREVE NOTÍCIA)	327
1	INTRODUÇÃO (A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA).....	327
2	A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA DO DIREITO CONSTITUCIONAL	329
3	DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO LUSO-BRASILEIRO.....	330
4	A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1822	330
5	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1824 E A CARTA PORTUGUESA DE 1826	331
6	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1891 E A PORTUGUESA DE 1911	332
7	A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1933 E A BRASILEIRA DE 1937	333
8	A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976 E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	334
9	CONCLUSÃO	336

18	O PODER JUDICIÁRIO NAS CONSTITUIÇÕES DOS PAÍSES DA COMUNIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA	337
1	INTRODUÇÃO	337
2	A CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	338
3	ANGOLA.....	339
4	BRASIL (REVISTO EM 2012).....	342
5	CABO VERDE.....	347
6	GUINÉ-BISSAU	350
7	MOÇAMBIQUE	352

8	PORTUGAL	353
9	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	358
10	CONCLUSÃO	359

19	A JUSTIÇA MILITAR NO DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO	361
1	INTRODUÇÃO	361
2	A JUSTIÇA MILITAR	362
3	A “VIAGEM CONSTITUCIONAL”	362
3.1	Na Europa	362
3.1.1	Alemanha	362
3.1.2	Áustria	363
3.1.3	Bélgica	363
3.1.4	Bulgária	363
3.1.5	Espanha	364
3.1.6	Grécia	364
3.1.7	Itália	364
3.1.8	Luxemburgo	364
3.1.9	Turquia	365
3.1.10	Portugal	365
3.2	Na América Latina	366
3.2.1	Chile	366
3.2.2	Colômbia	366
3.2.3	Uruguai	366
3.2.4	Guatemala	366
3.2.5	Paraguai	367
3.2.6	México	367
3.3	Na África Lusófona	368
3.3.1	Angola	368
3.3.2	Cabo Verde	368
3.3.3	Guiné-Bissau	368
3.3.4	Moçambique	369
3.3.5	São Tomé e Príncipe	369
3.4	No Brasil	369

3.4.1 Situação atual	369
3.4.2 Mudanças propostas na “Reforma do Judiciário”	370
4 CONCLUSÃO	371
20 TIMOR-LESTE, O NASCIMENTO DE UM ESTADO	373
1 INTRODUÇÃO	373
2 O MEU TRABALHO PARA A ONU	374
3 UM POUCO DA GEOGRAFIA E DA HISTÓRIA DO TIMOR-LESTE.....	375
3.1 O país leste-timorense	375
3.2 A Nação leste-timorense.....	376
4 A RESISTÊNCIA HEROICA.....	379
5 O PLEBISCITO	379
6 A INTERVENÇÃO DA ONU.....	380
7 SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO.....	381
8 O NOVO ESTADO.....	382
8.1 Estado unitário.....	382
8.2 República democrática	382
8.3 O Poder Executivo	383
8.4 O Poder Legislativo.....	383
8.5 O Poder Judiciário	383
8.5.1 O Supremo Tribunal de Justiça	384
8.5.2 O Conselho Superior da Magistratura.....	384
8.5.3 A Justiça Administrativa	384
8.5.4 As funções essenciais à Justiça	384
9 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	385
10 A REVISÃO CONSTITUCIONAL.....	386
11 AS LÍNGUAS DO TIMOR-LESTE.....	387
12 CONCLUSÃO: TIMOR-LESTE, NAÇÃO E ESTADO.....	387
21 UMA FEDERAÇÃO EUROPEIA?.....	391
1 A UNIÃO EUROPEIA.....	391
2 FORMAS DE ESTADO	391

3	A “CONSTITUIÇÃO EUROPEIA”	393
4	OS ÓRGÃOS DA UNIÃO	393
5	O CHEFE DE ESTADO	394
6	O CHEFE DE GOVERNO.....	394
7	O CHANCELER.....	394
8	DIREITO À SECESSÃO.....	395
9	CONCLUSÃO	395

22 O PODER JUDICIÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DA FEDERAÇÃO RUSSA..... 397

1	O NOVO ESTADO.....	397
2	O JUDICIÁRIO.....	398
2.1	O Tribunal Constitucional	398
2.2	O Supremo Tribunal de Justiça	400
2.3	O Supremo Tribunal de Arbitragem.....	400
2.4	A Nomeação dos Juízes.....	400
3	O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	401

23 A FAVOR DA SÚMULA VINCULANTE..... 403

24 A UNIÃO EUROPEIA E O TRATADO DE LISBOA 407

25 LEI FUNDAMENTAL DA ALEMANHA: 60 ANOS..... 411

26 “MODERNIDADE” NO JUDICIÁRIO BRITÂNICO..... 417

27 O CENTENÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA..... 421

1	O FIM DA MONARQUIA LUSITANA	421
2	D. MANUEL II, O “DESVENTURADO”.....	421
3	CENTENÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	422
4	A ATUAL ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO ESTADO PORTUGUÊS	423
4.1	O Executivo	423

4.2 O Legislativo.....	424
4.3 O Judiciário	424
5 CONCLUSÃO	425

28 O PODER DO PRESIDENTE DE PORTUGAL.....	427
--	-----

29 A FAMÍLIA NAS CONSTITUIÇÕES DOS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	431
--	-----

1 O DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO	431
2 A CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	432
3 ANGOLA.....	432
4 BRASIL	433
5 CABO VERDE.....	435
6 GUINÉ-BISSAU	436
7 MOÇAMBIQUE	436
8 PORTUGAL	437
9 SÃO TOMÉ-E-PRÍNCIPE.....	438
10 TIMOR-LESTE.....	439
11 CONCLUSÃO	440

30 URUGUAI: O BICENTENÁRIO DE <i>LA REVOLUCIÓN ARTIGUISTA</i>	441
--	-----

1 UM POUCO DE HISTÓRIA	441
2 ESPÍRITO DE NAÇÃO.....	442
3 AS CONSTITUIÇÕES	442
4 ESTADO UNITÁRIO	443
5 O EXECUTIVO.....	443
6 O LEGISLATIVO.....	444
7 O JUDICIÁRIO.....	444
8 CONCLUSÃO	445

31	VENCIDO, MAS NÃO CONVENCIDO (QUESTÕES E CONTRO- VÉRSIAS CONSTITUCIONAIS)	447
1	O FALECIMENTO DE TANCREDO NEVES	447
2	UM TRIBUNAL CONSTITUCIONAL MISTO	448
3	CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	448
4	ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE PURA	449
5	O SISTEMA DE GOVERNO DO BRASIL	450
6	UMA REVISÃO CONSTITUCIONAL CONFUSA	450
7	O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	451
8	A LEI DA FICHA LIMPA	453
32	A COMPLEXA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL AMERICANA	457
	REFERÊNCIAS	461